



Eixo: Política Social e Serviço Social
Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais

ELEMENTOS SOBRE O PÓS-LULISMO (MISERÁVEL) NO BRASIL ¹

BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA²
EULINY ARAÚJO MOTA³
WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apontar elementos da conjuntura que se abriu após a restauração neoliberal no Brasil. Especificamente, busca compreender elementos da dinâmica interna do Partido dos Trabalhadores que, em nome do processo eleitoral, o levaram a adaptar-se à ordem e, por outro lado, tem como objetivo apontar a forma pela qual o fim de um ciclo político-econômico no Brasil aprofundou na sociedade brasileira a barbárie tardo-capitalista, uma vez que, ao retirar de cena a gestão do existente realizada pelo Partido dos Trabalhadores, destravou-se as peias para o aprofundamento da miséria no Brasil.

Palavras-Chaves: Neoliberalismo; Fim do lulismo; Barbárie

Abstract: This paper aims to point out elements of the conjuncture that was opened after the neoliberal restoration in Brazil. Specifically, it seeks to understand elements of the internal dynamics of the Workers' Party that, in the name of the electoral process, led it to adapt to order and, on the other hand, aims to show how the end of a political-economic cycle in Brazil, deepened the late-capitalist barbarity in Brazilian society, once, by removing from the scene the management of the existing one carried out by the Workers' Party, the foundations for the deepening of misery in Brazil were unlocked.

Keywords: Neoliberalism; End of Lullism; Barbarism.

I- INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu início em 1978, mas se oficializa em 1980, sendo que somente nos anos 1990 torna-se uma oposição institucional relevante dentro do aparelho do Estado. Este caminho selava as “deformações

¹ Este trabalho é uma versão ampliada do artigo “Notas sobre o período do pós-lulismo no Brasil”, publicado no I Encontro Norte Mineiro de Ciências Sociais, e constitui-se como um resultado parcial do Projeto de Pesquisa *o Colapso do Lulismo e o caminho seguro à barbárie*.

² Estudante de Graduação, Universidade Estadual De Montes Claros, E-mail <brunaofigueiredo@hotmail.com>.

³ Estudante de Graduação, Universidade Estadual De Montes Claros.

⁴ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual De Montes Claros.

burocráticas” do partido e rompia de vez com as possibilidades de consolidar-se como uma necessidade histórica que poderia unir os trabalhadores nas batalhas que buscasse superar a mera administração da ordem. Em outros termos, os impulsos sociais evidentes desde a sua criação e que ainda se fazia presente, e até certo ponto o animava, entrava em contradição com a sedutora integração à ordem, sem as definições programáticas de outrora; o que, do ponto de vista da sua dinâmica interna, evidenciou-se na passagem de uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática.

Como demonstrou Secco (2011), trata-se do primeiro partido de massas, criado realmente de baixo para cima, constituído pela igreja progressista, pelos remanescentes de grupos da luta armada, do novo sindicalismo, e apoiado por estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares. Nesse sentido, o PT propunha mudanças que visavam o fortalecimento do movimento social e uma real transformação da ordem existente. Porém, ao se afirmar como uma oposição institucional, à custa da participação nas eleições, da exaltação do modo petista de governar para adquirir a confiança dos eleitores e da aceitação do poder “em benefício da Nação” (FERNANDES, 1991), construíram um discurso econômico em torno do projeto democrático e popular que não passava de “boas intenções abstratas”. Na prática, isso funcionou através de um conjunto de políticas sociais minimalistas, da defesa de um mercado interno de massas e do compromisso cada vez maior de evitar rupturas com o capital financeiro (SECCO, 2011).

Sua adesão à mera administração do existente foi coroada através da famigerada “Carta ao Povo Brasileiro” de junho de 2002, quando investidores nacionais e estrangeiros brindaram o compromisso oficial do PT com o mercado. Em outros termos, a carta expressava o aumento da influência eleitoral e a moderação ideológica que sofrera o PT desde os anos 1990; o que, nas palavras de Fernandes (1991, pag. 7), indicava a “entrega da cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados”. Por isso, a incorporação de uma agenda que visava “valorizar o agronegócio”, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e controlar os gastos públicos através da manutenção do superávit primário, acompanharam os governos petistas desde sua eleição em 2002.

Constituiu-se a partir daí a estratégia de desenvolvimento levado a cabo no Brasil, cujo principal objetivo era promover o crescimento econômico, ao mesmo

tempo em que garantia a igualdade de oportunidades. Suas formulações logrou êxito no período em que o cenário externo era favorável a exportação de produtos primários, favorecendo a balança comercial do país e, com isso, a implementação de políticas que garantisse o acesso das massas mais pauperizadas a certo patamar de consumo.

Todavia, no contexto em que a crise passou a abater o Brasil, a estratégia de desenvolvimento petista passou a definhir, e as frações do capital nacional que gozavam de altas taxas de lucro no período de elevado crescimento entraram num ativismo empresarial, voltado para escorraçar o Partido dos Trabalhadores do poder ⁵.

II - DESENVOLVIMENTO

A trajetória de resistência do PT, e a história singular de sua formação reacenderam as esperanças de uma refundação da sociedade, apoio e ampliação na luta dos trabalhadores, após tempos difíceis da ditadura militar, por isso, a vitória do partido em 2002 era sinônimo de mudanças. Todavia, a continuidade da política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) jogou pelos ares a esperança de mudanças profundas na sociedade brasileira (PAULANI, 2008).

A adesão do partido à mera administração da ordem, indo de encontro com os valores que outrora o orientava, expressou-se no raio de alianças por ele realizadas, uma vez que, nele, couberam setores dos mais variados espectros políticos, a exemplo de José de Alencar, um empresário e senador de direita. Em outros termos, ao curvarem-se às exigências postas pelo capital financeiro, os governos do PT reafirmaram a dominação da forma mercadoria, inibindo o país de passar por uma transformação mais profunda na sua estrutura social.

Por esse aspecto que os governos Lula não romperam totalmente com a política econômica liberal do governo de FHC e, conseqüentemente, unificou os programas de transferência de renda existentes no Programa Bolsa Família, considerado o carro-chefe da sua política social, ao mesmo tempo em que criou o programa “luz para todos”, aumentou o salário mínimo, manteve e ampliou o sistema

⁵ Para uma competente análise cronológica do ativismo empresarial que foi fundamental para aprofundar, através de um golpe institucional-parlamentar, uma agenda de contrarreformas no Brasil, ver Hoelever (2017).

de seguridade social – embora, vale dizer, promovendo sua “assistencialização⁶” – lhe garantindo apoio popular. Embora houvesse a defesa de que essa adesão do PT ao canto da sereia neoliberal fosse apenas uma forma de “fazer a travessia” e realizar uma “transição sem traumas” para uma sociedade emancipada das amarras do capital, ao fim e ao cabo o que se verificou foi uma dócil adequação do partido ao modelo já existente (PAULANI, 2008).

Em outros termos, os governos Lula, ao manter o legado de FHC, reafirmou a lógica da lei geral da acumulação capitalista, acentuando um processo de pauperização relativa das massas trabalhadoras, tendo em vista que, no compasso de uma pequena melhoria das condições de vida dos mais pobres, os mais ricos ficaram intactos, ou seja, não houve uma verdadeira política de redistribuição de riqueza ou renda no Brasil, uma vez que, regido pela cartilha neoliberal, o principal alvo foi o combate à pobreza extrema.

Para Perry Anderson (2016), o que de fato aconteceu foi uma considerável melhoria nas condições de vida dos mais miseráveis, porém de forma individualizada, através de políticas sociais focalizadas que tinham como objetivo a inserção dos mais pobres no mundo do consumo. Nesse sentido, como sumariou Secco (2011), no Brasil os muito pobres foram contemplados por programas sociais, enquanto a burguesia brasileira mais se beneficiou do período de crescimento que vivenciou o país, enquanto que a classe média não foi diretamente beneficiada.

A eleição de Lula, junto com a criação do Programa Bolsa Família, borraram, por conseguinte, as barreiras do preconceito de classe, uma vez que o lulismo, com sua política do “ganha ganha”, e da adesão de diversos setores da sociedade brasileira, despoltizou a questão da pobreza e da desigualdade, transformando-as em problemas de administração, conforme destacou Oliveira (2010). Em outros termos, o lulismo funcionalizou a pobreza como uma questão administrativa, através do combate à pobreza extrema, em conformidade com as contradições do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a ênfase nas políticas de transferência de renda, junto

⁶ Por “assistencialização” da proteção social brasileira compreende-se o fenômeno em que, diante do crescimento da pobreza, a assistência social, compondo o tripé da Seguridade Social, junto com a política de previdência e saúde, ganhou centralidade como principal mecanismo de combate à pobreza e, por conseguinte, à desigualdade social. Com isso, a Seguridade Social brasileira passou a assumir uma unidade contraditória, tendo em vista que, ao passo em que avançou a mercantilização das políticas de saúde e previdência, a assistência social se amplia tornando-se a principal política de proteção social brasileira, focalizada na extrema pobreza através dos programas de transferência de renda. Sobre esse processo ver Mota (2008).

com os louvores ao deus do mercado financeiro, liquidava as possibilidades de defesa e garantia dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras e criava-se uma forma de hegemonia apoiada num “consentimento passivo” das massas e num “consentimento ativo” das direções, em consonância com as principais características do neoliberalismo (BRAGA, 2010; 2016).

Nos termos de Coutinho (2010), o PT não governou para uma maior ampliação e construção de uma sociedade igualitária como se almejava na década de 1980, mas apenas garantiu mudanças superficiais no intuito de que as classes subalternas, mesmo fora da produção, sejam inseridas no consumo, sem que alcancem um patamar de vida superior. Dito de outra forma, o partido que já foi reconhecido como maior partido de esquerda do mundo, que trazia em suas bases o fortalecimento do novo sindicalismo, as demandas da classe trabalhadora, e como direcionamento buscava melhorias e transformações concretas para que de fato acontecessem mudanças na vida da classe trabalhadora, curvou-se ao consenso baseado na aceitação do existente como algo natural e abriu mão da luta pela mudança do que estava estabelecido. Ao deixar, portanto, de pensar a política como uma arena de lutas de diferentes propostas de sociedade, visando grandes transformações, e reduzir-se a propostas cada vez mais rasas, sem grandes mudanças substantivas para as classes subalternas, o lulismo baseou-se na “hegemonia da pequena política”, calcada no consenso passivo.

Nesse contexto, vale ainda destacar que forjou-se no país a concepção de um novo desenvolvimentismo que buscava conciliar uma agenda de crescimento econômico com redução das desigualdades. Tratava-se de uma agenda de desenvolvimento levada a cabo pelos governos do PT que na sua concepção buscava contrapor-se tanto ao neoliberalismo como ao socialismo. Ela ganhou fôlego a partir das publicações do economista Bresser-Pereira (2003; 2004) e, posteriormente, com a adesão de intelectuais alinhados à perspectiva keynesiana como Sicsú, Paula e Michel (2007).

Ao buscar uma alternativa de política econômica para o desenvolvimento, passaram, portanto, a propor estratégias que visassem “crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal” (Sicsú, Paula e Michel, 2007, p. 508). Sendo assim, a proposta girava em torno de construir uma alternativa denominada

novo-desenvolvimentista, visando a complementaridade entre Estado e mercado, de tal forma que as medidas macroeconômicas favorecessem o crescimento econômico continuado e a redução da desigualdade social através de programas sociais que promovam a igualdade de oportunidades. Em resumo, suas teses acerca do novo-desenvolvimentismo afirmam:

- (i) Não haverá mercado forte sem Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e Mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo de redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007: 509).

Nessa perspectiva que o lulismo priorizou as políticas sociais de combate à pobreza e, ao mesmo tempo em que induzia o consumo das massas, fortalecia o papel do Estado no desenvolvimento econômico; ou seja, o giro na consciência de classe pelo qual passava o partido refletia-se desde as últimas resoluções do final dos anos 1990, a exemplo das Resoluções do II Congresso Nacional de 1999, nas quais, no afã de construir uma agenda alternativa ao neoliberalismo, enfatizava um Estado forte no processo de reprodução da vida social. Por conseguinte, a proposta de uma alternativa de desenvolvimento ao neoliberalismo baseava-se numa interpretação da relação entre Estado e mercado, na qual o Estado teria maior capacidade de iniciativa. Por esse aspecto, os governos Lula buscavam distinguir-se dos governos de FHC, afirmando conferir prioridade às políticas sociais no lugar das políticas fiscais.

Convém destacar, todavia, que o balanço teórico desse debate parte de conceitos imprecisos sobre o Estado e, por isso, o enxerga como um poder demiurgo para intervir na economia como se não sofresse as determinações atuais da valorização do capital. Consequentemente, o novo-desenvolvimentismo defendido pelo PT baseava-se em propostas macroeconômicas ecléticas para fortalecer simultaneamente o Estado e o mercado, de tal modo que, para usar os termos de Fiori (2011: 2), aparece “como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do Estado”.

Dito de outro modo, na medida em que esta concepção de Estado não considera seu lugar na dinâmica da produção e reprodução da acumulação capitalista contemporânea, as postulações do novo-desenvolvimentismo funcionaram mais como uma operação de propaganda ideológica dos governos do PT para diferenciá-los dos

governos FHC, do que um corpo de doutrina responsável por orientar a ação do Estado. Por isso, toda propaganda em relação à redução da desigualdade de renda, veiculada no país nos períodos áureos do lulismo, ocultava o fato de que o Brasil permanecia como um dos países mais desiguais do mundo. Somado a isso, a propaganda novo-desenvolvimentista omitia o fato de que a concentração funcional de renda permaneceu inalterada no Brasil e, se considerada a divisão do bolo entre salários e lucros, o país não apresentou nenhuma alteração substantiva; continuando uma das piores do mundo (SAMPAIO JR., 2012a).

Com isso, o crescimento econômico verificado na melhor fase do lulismo, após 3 décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, após décadas de arrocho, uma ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial, foi o suficiente para garantir o apoio popular e, ao mesmo tempo, as atenções do mercado. Em virtude disso, conforme Sampaio Jr. (2012b), forjou-se no país um mito do crescimento como solução para os problemas do Brasil, causando uma ilusão nas massas, através de políticas sociais compensatórias que permitiram por um lado atender certas aspirações da classe subalterna e, por outro, ampliar a base social do lulismo através da incorporação passiva das massas ao seu arranjo político.

Mas, a entrada do segundo decênio do século XXI trouxe consigo a exigência de que o lulismo precisaria mudar sua feição.

Diante de uma crise de sucessão presidencial no PT, Dilma Roussef foi apresentada como a continuadora do arranjo político lulista, expondo nas eleições de 2010 um programa de governo cujo objetivo central era a eliminação da miséria. A feição do lulismo, porém, não se alterou em virtude da mudança de presidentes, mas sobretudo por causa da ressaca da crise do final da década passada que agora alcançava com mais força os países periféricos, ou seja, a alegria do consumo permitida pelos tempos áureos do lulismo apontava para a angústia de uma crise que se aproximava ⁷.

⁷ Isso pode ser observado no discurso de abertura proferido no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2011, a presidente, indicando que os tempos eram outros, já sinalizava sua preocupação com o agravamento da crise mundial para o Brasil. Ver: ROUSSEF (2011).

⁷ Isso pode ser observado no discurso de abertura proferido no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2011, a presidente, indicando que os tempos eram outros, já sinalizava sua preocupação com o agravamento da crise mundial para o Brasil. Ver: ROUSSEF (2011)

Assim, a partir de 2011 a crise internacional intensificou-se, diminuindo o ritmo do crescimento econômico da economia mundial, afetando também os países emergentes. No mês de agosto deste ano, por exemplo, o mercado mundial é agitado pela fuga em massa de capitais para títulos norte-americanos e alemães; pelo rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor's; pelo pânico das principais bolsas e mesas de operações financeiras, deslocando seu epicentro de Washington para o meio do continente europeu. Os países europeus credores, liderados pela Alemanha, impuseram uma política de austeridade aos países devedores como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando uma redução das atividades na zona do euro, de tal modo que em 2014 o produto da região era menor que o de 2008. A contração da economia mundial, portanto, afetou o resto do mundo, levando a China a decidir voltar-se para o mercado interno, diminuindo sua taxa de expansão. Em síntese, o crescimento mundial diminuiu de 4,1%, em média ao ano, entre os anos 2000 e 2008, para 2,9% de 2009 a 2014 (SINGER, 2015).

Isso afetou em cheio os governos Dilma, exigindo da sua gestão a adoção de uma política macroeconômica que divergia do seu antecessor, a exemplo da redução da taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano, entre agosto de 2011 e abril de 2013, chegando ao seu valor mais baixo desde 1986. Os efeitos das medidas tomadas, no entanto, não foram suficientes para manter o crescimento da economia, visto que, de um entre a crise econômica e a crise política, o governo Dilma, depois de chacoalhado pelas manifestações de junho de 2013, viu sua popularidade despencar de 75% para 30%, abrindo-se um período de cansaço da gestão lulista.

A eleição de 2014 foi um retrato de que o lulismo estava em crise. Ao vencer a eleição a duras penas, Dilma se reelegeu na base do voto no “mal menor” com uma margem de apenas 51,64% dos votos, tornando-se a menor diferença de votos desde que Lula foi eleito em 2002. O resultado das eleições mostrava, portanto, que o cenário que se abriu no Brasil, a partir de junho de 2013, dissolvia no ar o período de “paz” social que marcou o lulismo.

Nesse sentido, o fim do lulismo viria a partir do momento em que, após reeleita, Dilma abraçou com força a agenda neoliberal ao tomar como imperativo o corte nos gastos sociais, a redução do crédito dos bancos públicos, o leilão de propriedades do Estado e o aumento das de juros, tendo em vista a manutenção do

superávit primário (ANDERSON, 2016). Neste período, portanto, houve redução de recursos para as políticas sociais como o corte de 11,3% para a saúde e 19,3% para a educação, enquanto direcionava o fundo público para garantir a lucratividade do capital financeiro através do mecanismo da dívida pública. Em outros termos, ao abraçar a austeridade neoliberal, o governo Dilma jogou nas conta dos trabalhadores as consequências da crise, enquanto mantinha a lucratividade dos grande bancos através do aumento das taxas de juros, tendo em vista que, no período, os bancos tiveram um crescimento, na sua lucratividade, de mais de 40% no primeiro trimestre de 2015⁸.

Em suma, a combinação de um desgaste político, junto com o aprofundamento da crise econômica, catapultou o colapso do lulismo, abrindo caminho para o fim da administração da pobreza e o aprofundamento da desigualdade. Vale destacar que nesse mesmo contexto grupos empresariais, banqueiros, entidades de comércio, agricultura e serviço etc., passaram a defender o *impeachment* de Dilma, uma vez que passaram a apoiar o discurso de que o fim da crise no Brasil só seria possível após a saída da Presidente.

A crise econômica fragilizou o governo, ainda mais frente às denúncias de corrupção da Lava-Jato e ao clima de beligerância que era estimulado pela chamada grande imprensa. Ao longo do ano, as ruas foram tomadas por setores de direita protestando contra o governo e pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff que viu sua aprovação declinar para 11 por cento no final de 2015 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH; 2017).

Por isso, desde abril de 2015 ganharam força as manifestações “verde e amarelo” contra o atual governo, que só pararam em 31 de agosto de 2016 onde o após julgamento aprovado no Plenário, Michel Temer, vice de Dilma, assumiria para terminar o mandato. Dito de outro modo, o conluio de diversos setores da burguesia brasileira, respaldados pela mídia e por uma atuação seletiva do judiciário derrubou com facilidade o governo Dilma e depositou suas “fichas” no programa político-econômico “Uma Ponte para o Futuro”, apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Suas propostas, vale mencionar, visavam a constitucionalização do ajuste fiscal, a exemplo das propostas de corte ou eliminação

⁸ Cf. CURY, Anay. “Mesmo diante de crise lucro dos bancos não param de crescer”. **G1**, 14/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/mesmo-diante-de-crise-lucro-dos-bancos-nao-para-de-crescer.html>. Acesso 19/08/2016.

de programas governamentais, da restrição ao máximo da vinculação dos gastos públicos e a (contra)reforma da previdência (HOELEVER, 2017).

Dito de outro modo, o programa havia como finalidade a tentativa de colocar em prática a agenda do grande capital financeiro através de contrarreformas, que diz respeito à queda da parcela salarial através das reformas na lei trabalhista, visando a redução de importantes conquistas inscritas na Consolidação das Leis do Trabalho. Outro ponto é a resolução dos problemas fiscais através de mudanças referentes aos gastos sociais e previdenciários. Sendo assim, o alvo é a redução dos gastos sociais que estão vinculados na Constituição de 1988 e os gastos com transferências para a população de baixa renda, além da saúde e educação. Também haverá a tentativa de modificar a previdência social, estabelecendo limites a aposentadoria. Em síntese, a agenda neoliberal que foi sistematicamente derrotada nas eleições, saiu vitoriosa com o golpe parlamentar de abril de 2016 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH; 2017).

Em suma, após adotar as medidas de austeridade em 2015, o governo Dilma, mesmo atendendo docilmente às demandas dos capitais, aplicando um programa contrário ao apresentado em sua campanha, foi escorraçado do poder, junto com o pacto lulista, abrindo caminho para o aprofundamento inescrupuloso do ajuste fiscal e, com ele, a barbárie social.

Por isso, em 2016 entre 2,5 a 3,6 milhões de pessoas passaram a engrossar a fileira das massas pauperizadas, aumentando a taxa de pobreza extrema no Brasil; o desemprego havia crescido 72% até 2016; o trabalho infantil cresceu 11% entre 2014-2015; a arrecadação brasileira teve queda de 11,3%, e o orçamento geral da União foi consumido em 47% pelos serviços da dívida pública, comprometendo o financiamento da proteção social brasileira (ANDERSON, 2016; IBGE, 2016).

Por outro lado, a derrocada do lulismo catalisa com a condenação e prisão do ex presidente Lula, no dia 7 de abril de 2018. Condenado a 12 anos de prisão pelo juiz federal Sérgio Moro, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá (SP). Nos termos de Sampaio Jr. (2018), além da falência do pacto político, a política nacional transformou-se num pântano, tendo em vista que, a célere punição de Lula, quando os processos contra Renan, Juca, Temer e Aécio permanecem indefinidamente engavetados, escancara os atropelos, a seletividade e a impunidade que caracterizam um sistema judiciário arbitrário que, no melhor estilo

“para os amigos, tudo, para os inimigos, a lei”, funciona com rigor máximo para os pobres, com total leniência para os ricos e de maneira casuística para os que não são amigos do rei (SAMPAIO JR. 2018).

Em suma, o PT colheu os frutos da colisão de classes, que a partir do momento onde tal postura já não era de interesse do capital, foi colocado de lado e tirado à força do poder.

No processo de progressiva acomodação às exigências do status quo, o PT rebaixou seu programa até sua completa mutação em um “melhorismo” esquálido, que o transformou na ala “menos pior” do neoliberalismo. A metamorfose do PT num partido perfeitamente enquadrado nas exigências da ordem, com todos os vícios e distorções da política burguesa, e o acirramento da luta de classes minaram as bases do longo ciclo político que transformou o partido de Lula na principal referência política da classe trabalhadora brasileira (SAMPAIO JR., 2018).

Por isso, a conjuntura abre a necessidade histórica acerca do balanço crítico dos caminhos a serem trilhados, considerando a política nacional, na qual as classes subalternas sofrem cada vez mais com a ofensiva neoliberal, com os cortes e contrarreformas nos direitos assegurados na Constituição de 1988.

III - À GUIA DE CONCLUSÃO

Com o esgotamento das gestões do PT, a miséria continua como um grande desafio para a sociedade brasileira, sobretudo no contexto de colapso dos mecanismos que favoreceram uma mobilidade social na base da pirâmide. A tendência diante desse cenário, então, é o aprofundamento da violência dos atores sociais, tendo em vista que o crescimento da desigualdade pode impossibilitá-los cada vez mais de conviverem em harmonia. Por isso, a violência pode tomar novas direções, como também afirmou Menegat (2015), a exemplo dos casos da barbárie do “justiçamento” e do ato irracional dos linchamentos promovidos pelos cidadãos “de bem” contra os “bárbaros”, cujos episódios vêm crescendo no país, de tal forma que na última década entre 1 milhão e 1,5 milhão de brasileiros já participaram como agressores de um linchamento ⁹.

⁹ Cf. Sodré, Raquel. “Um milhão de brasileiros já ajudaram a linchar alguém”. **IG - Minas Gerais, 09/08/2015**. Disponível em: http://minasgerais.ig.com.br/?url_layer=/2015-08-09/11081668.html. acesso 09/08/2015.

O *impeachment* da gestão lulista, portanto, visa colocar em curso a forma pela qual o capitalismo passou a responder aos efeitos da grande desvalorização assistida a partir da crise de 2008, tanto no centro como na periferia do sistema, a saber, a radicalização do neoliberalismo. As políticas de ajustes visando seu aprofundamento tem como escopo inibir o patamar civilizatório dos trabalhadores, através da redução das obrigações do Estado com gastos em saúde e educação, por exemplo. O que significa que, além da redução do número de escolas, creches e de verbas para as universidades públicas e para o aprimoramento da construção do Sistema Único de Saúde – SUS – está em curso a consumação de uma época erigida a partir da Constituição de 1988, que desafia as gerações atuais a construir uma luta civilizatória com potencial de oposição histórica à barbárie do capitalismo contemporâneo, mas que, para tanto, vá além da experiência petista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry (2016). **Crise no Brasil**. Tradução: Fernando Pureza. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/crise-no-brasil/>. Acesso 17/04/2016.

ARANTES, Paulo Eduardo (2015). **A fórmula mágica da paz social se esgotou**. Disponível em: http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949%3Amanchete150715&catid=34%3Amanchete. Acesso 16/07/2015.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, André [et. al.]. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. BIANCHI, Álvaro (2015). **Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira** <http://blogjunho.com.br/hegemonia-e-crise-nocoas-basicas-para-entender-a-situacao-brasileira/>. Acesso 07/03/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19/09/2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412>. NovoDesenvolvimentismo.pdf acesso 02/04/2014.

COUTINHO, C.N. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CURY, Anay. “Mesmo diante de crise lucro dos bancos não param de crescer”. **G1**, **14/08/2015**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/08/mesmo-diante-de-crise-lucro-dos-bancos-nao-para-de-crescer.html>. Acesso 19/08/2016.

FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Atores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43).

FIORI, José Luis. **A miséria do “novo desenvolvimentismo”**. 2011. Disponível em <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/12/02/a-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-por-jose-luis-fiori/> acesso em 03/01/2012.

HOEVER, Rejane Carolina. **Cronologia da Campanha Golpista e Contrarreformista no Brasil (Março/2015 – Agosto/2016)**. Disponível em: https://www.academia.edu/Documents/in/Historia_do_Tempo_Presente . Acesso 28/01/2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho de 2016**. disponível:<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3223&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-11-3-trimestre-encerrado-junho-2016>. Acesso 06/08/2016.

MARQUETTI, Aldamir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro (2017) **Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira. Acesso: 06/07/2018

MENEGAT, Marildo (2015). **O fim da gestão da barbárie**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/300341304/Menegat-2015-Fim-da-gesta-o-da-barba-rie>. Acesso: 18/01/2016.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda, 1954. Brasil Delivery: **servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso da Presidente da República, Dilma Roussef, na abertura do debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate->

geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua. Acesso: 09/08/2016.

SAMPAIO JR. Plínio A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 112. São Paulo: Cortez, 2012b.

_____. **Vivemos um processo de reversão neocolonial**. 2012a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>. acesso 28/10/2012.

_____. **A Agonia Do Lulismo E A Urgência De Uma Alternativa De Esquerda**. Disponível em: <https://pliniojr.com.br/2018/04/16/a-agonia-do-lulismo-e-a-urgencia-de-uma-alternativa-de-esquerda/>. Acesso: 09/07/2018

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978 – 2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? In: **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/07.10.Sicsu-REP.pdf>. Acesso 02/04/2014.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). In: **Novos Estudos**. N. 102, julho de 2015. novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf. Acesso: 05/07/2016.